

REUNIÃO DA CÂMARA N.º 14

ORD.

EXT.

19-07-2023

ORDEM DO DIA:

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1 - Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 05 de julho de 2023.

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

1.1 – Contratação de Empréstimo – Aquisição de um Veículo de Recolha de RSU - Análise das propostas e pedido de autorização à Assembleia Municipal.

1.2 - Início do Procedimento – Revisão e Atualização do Regulamento de Taxas em Vigor no Município.

1.3 - Condições de Atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão.

1.4 - Atribuição de Subsídio ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena.

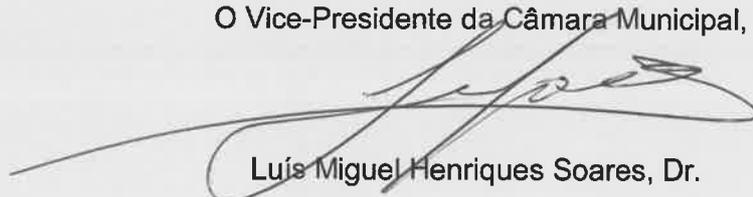
III

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

1 - Outros assuntos de interesse do Município.

Sobral de Monte Agraço, 14 de julho de 2023

O Vice-Presidente da Câmara Municipal,



Luís Miguel Henriques Soares, Dr.

Ata n.º 14

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço
Realizada no dia 19 de julho de 2023

Aos 19 dias do mês de julho de 2023, nesta vila de Sobral de Monte Agraço, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, sob a presidência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Quintino da Silva, com as presenças dos Vereadores: Maria de Fátima da Cruz Simões Estêvão, Luís Miguel Henriques Soares, Joaquim Maria Reis Catarino Biancard Cruz e Joaquim Manuel Gonçalves Ribeiro, em substituição. Também esteve presente Ana Maria Pereira Caiado Lousa, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, na qualidade de Secretária. _____

Pelo Sr. Presidente foi declarada aberta a reunião quando eram 18 horas e 04 minutos. _____

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1. Presente o Resumo Diário da Tesouraria número 136 de terça-feira, dia 18 de julho de 2023, cujo total de disponibilidades é de € 1.729.548,83, sendo € 1.381.845,64 de operações orçamentais e € 347.703,19 de operações não orçamentais. _____

2. O Senhor Presidente informou a Câmara que, nos termos da competência conferida pela alínea h), do número 1, do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, foi autorizado o pagamento das despesas respeitantes às ordens de pagamento números 1248 a 1524, num valor total de € 642.573,40. _____

3. **Marcação e justificação de faltas dos membros da Câmara Municipal** (artigo 39.º, alínea c) da Lei número 75/2013, de 12 de setembro). _____

O Sr. Presidente, informou que a Sra. Vereadora Carla Alves, por motivo de gozo de férias, não iria estar presente na reunião de Câmara, tendo pedido a justificação da sua falta e a respetiva substituição. Neste sentido, disse que o membro seguinte da lista, o Sr. Vereador Joaquim Ribeiro, estaria presente em substituição da Sra. Vereadora. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar as razões apresentadas e justificar a falta da Sra. Vereadora Carla Alves, nos termos da alínea c), do artigo 39.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aceitando a respetiva substituição, de acordo com o disposto no número 1, do artigo 79.º, da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro. _____

4. **Outros assuntos** (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro) _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz apresentou uma Moção – Descentralização de competências: balanço negativo, um ano após o acordo -, que a seguir se transcreve: _____

“Moção _____

Descentralização de competências: balanço negativo, um ano após o acordo _____
Volvido um ano sobre o acordo estabelecido entre a Associação Nacional de Municípios (ANMP) e o Governo, celebrado em 22 de julho de 2022, os Autarcas Social Democratas (ASD) fazem um balanço “extremamente negativo” do processo de descentralização de competências do Governo nos municípios, o qual foi iniciado há mais de cinco anos. _____

Os ASD deram o seu assentimento ao acordo firmado no ano passado, sobre as áreas da Educação e da Saúde, porque são parceiros responsáveis, sérios e cumpridores, mas já estão “cansados” de que “a palavra dada, não seja palavra honrada”. _____

O Governo comprometeu-se em apresentar propostas concretas para estas duas áreas e parte delas não cumpriu, tanto do ponto de vista legislativo, como financeiro. _____

Esta situação põe em causa a sustentabilidade financeira das autarquias locais, a credibilidade do processo e do próprio Governo, bem como a relação de confiança e de estabilidade entre as partes. _____

Pelas razões expostas, e se a situação não for rapidamente resolvida, em cumprimento do que está acordado, os autarcas ponderam devolver ao Governo as competências recebidas. _____

Seguidamente, transcreve-se o ponto de situação do processo de descentralização de competências: _____

EDUCAÇÃO (assumida mandatoriamente por todos os municípios em 01 de abril de 2022): _____

- 1. Refeições: não estão a ser recebidas as verbas atualizadas do valor por refeição, consagrado no acordo celebrado entre a ANMP e o Governo em 22 de julho de 2022; _____*
- 2. Equipamentos: não estão a ser transferidas as respetivas verbas; _____*
- 3. Transportes dos alunos com necessidades educativas especiais: as verbas não foram atualizadas; _____*
- 4. Rácios de pessoal: ainda não foi publicada a respetiva portaria; _____*
- 5. Programa de recuperação/ reabilitação de escolas: só um ano depois do acordo inicial, está a ser celebrado um segundo acordo para o financiamento desta operação; existem municípios que, entretanto, obtiveram financiamento para os edifícios (construção e/ou reabilitação) e que, por isso, deixam de ter enquadramento no anexo 1 ao acordo celebrado entre a ANMP e o Governo para o domínio da Educação, não obstante pretendem garantir as mesmas condições de financiamento, nomeadamente a totalidade de incentivo não reembolsável e os benefícios eventuais em sede de IVA; _____*
- 6. Seguro de acidentes de trabalho, despesas com higiene, segurança e medicina no trabalho – não se registam transferências de verbas neste âmbito; _____*
- 7. Encargos das instalações – as verbas são insuficientes, face à subida drástica dos preços e ao mau estado dos edifícios, que determina encargos superiores aos valores recebidos; _____*

8. Dificuldades em identificar a afetação das verbas recebidas da Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) referentes ao Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD), atendendo à não discriminação das mesmas; _____

9. Atrasos nas transferências financeiras por parte da DGAL, sendo que a dívida aos municípios ascende a mais de 130 milhões de euros (valor estimado), particularmente nas refeições escolares e nos transportes escolares; _____

10. As transferências financeiras são, em geral, deficitárias (para além da dívida dos 130 milhões de euros), na ordem dos 10%, no mínimo. Há situações em que se ultrapassa em muito esta percentagem, face à subida de preços; _____

11. Ausência de acertos em resultado dos relatórios das Comissões de Acompanhamento – face aos valores efetivamente gastos até final do ano de 2022, até à data não se conhece um único acerto efetuado, sendo que todos os municípios tiveram mais custos que receitas, durante o ano em questão. _____

SAÚDE (só cerca de metade dos municípios assumiram esta competência) _____

1. Ausência de mapeamento e programa de financiamento das obras de construção, reabilitação e adaptação de edifícios da saúde, com identificação e priorização para execução até 2030 e com o respetivo financiamento, que deveria estar definido até 31 de dezembro de 2022; _____

2. Falta de portarias e despachos, que deveriam estar publicados até 31 de dezembro de 2022, para: definição dos critérios e das fórmulas de cálculo para determinação da dotação dos trabalhadores inseridos na carreira de assistente operacional; definição dos rácios de veículos afetos a cada centro de saúde/ município; criação de programa destinado à aquisição de veículos elétricos; determinação dos valores de referência relativos a seguros de acidente de trabalho e despesas com higiene, segurança e medicina do trabalho dos trabalhadores transferidos, dos que vierem a substituir estes e dos contratados dentro dos rácios; _____

3. Mau estado de muitos edifícios, o que determina encargos superiores às verbas recebidas;

4. Pessoal insuficiente e verbas escassas para reforço de recursos humanos; _____

5. Discrepâncias de rubricas e de valores nos autos propostos – as Administrações Regionais de Saúde (ARS) admitem corrigir, mas apenas depois da assinatura do auto e da reunião da comissão de acompanhamento, o que provocará desfasamentos temporais no reembolso; _____

6. Relatos de “pressão política” nos municípios que ainda não assinaram o auto, sob pena de não poderem aceder ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a requalificação dos edifícios dos centros de saúde. É de notar que a descentralização na área da saúde só se opera com a assinatura do auto de transferência, sendo que apenas cerca de metade dos municípios o fizeram (110 em 201). _____

Seguidamente, e ainda que não fizessem parte do acordo firmado entre a ANMP e o Governo em 22 de julho de 2022, os ASD fazem o ponto de situação da execução das outras duas áreas da descentralização, com impacto diário na vida dos municípios: _____

AÇÃO SOCIAL _____

1. Assinatura do acordo com o Governo em 03 de janeiro de 2023; _____
2. As verbas quase que dobraram, por consequência do trabalho de reivindicação dos ASD;
3. Obrigatoriedade da transferência em 03 de abril de 2023; _____
4. Publicação da segunda alteração ao DL n.º 55/2020 – o DL n.º 87-B/2022, em 29 de dezembro, que consagra algumas das matérias do acordo assinado; _____
5. Situação estável, ainda que tenha passado pouco tempo sobre a assunção plena das competências. Deverá ser feita avaliação no final do primeiro ano. _____

VIAS RODOVIÁRIAS _____

1. Processo parado, apesar da existência de um grupo de trabalho que tem estado em articulação com as Infraestruturas de Portugal; _____
2. Dessintonia entre Governo e Infraestruturas de Portugal, quanto às competências; _____
3. Não estabelecimento de prazos para conclusão do processo. _____

O Vereador eleito pela Coligação “Juntos Pela Nossa Terra” e membro dos ASD _____
Joaquim Maria Biancard Cruz _____

Sobral de Monte Agraço, 19 de julho de 2023. _____

Quando eram 18 horas e 08 minutos, entrou na sala o Sr. Vereador Joaquim Ribeiro, em substituição. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz finalizou a sua intervenção afirmando que sempre foi favorável à transferência de competências, desde que acompanhada com o devido envelope financeiro. _____

Com a anuência do Sr. Presidente, o Sr. Vice – Presidente, relativamente à Moção apresentada, saudou a posição tomada pelo partido do Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, Coligação “Juntos pela Nossa Terra”, frisando que no princípio do processo de transferência de competências assumiram outra posição. O Sr. Vice – Presidente explicou que existem muitas incongruências nos diplomas sectoriais, do processo de transferência de competências, sendo que a legislação não acompanha as necessidades. Relativamente à saúde, o Auto que irão assinar, não corresponde a realidade e a articulação entre o poder central para com o poder local, neste processo, tem funcionado de forma unilateral, não permitindo o envolvimento das Autarquias locais. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estêvão iniciou a sua intervenção dizendo que a Moção apresentada, é bastante extensa para através da sua leitura, aferirmos a veracidade. Prosseguiu recordando que o processo de descentralização está a revelar-se muito complexo, mas têm-se registado

muitos ajustamentos e melhorias, por essa razão, não concorda com o balanço extremamente negativo, exposto na moção. Acrescentou que desde o início do processo temos que admitir, registaram-se avanços significativos em muitas áreas o que significa que nem tudo correu mal e que a descentralização é muito importante para as populações. A Sra. Vereadora referiu não concordar com a expressão "A palavra dada não é cumprida", assim como, a maior parte do conteúdo do documento no geral. Finalizou a sua intervenção dizendo que o balanço e avaliação final deste processo, será apenas conclusivo em setembro, no encontro de todos os Autarcas do país, no Congresso da Associação Nacional de Municípios, votando, por isso, desfavoravelmente, afirmando que o documento possuía algumas afirmações mais político/partidárias que realistas. _____

O Sr. Presidente afirmou ter de concordar com os diferentes pontos de vista apresentados, uma vez que, neste processo de transferência de competências, em termos financeiros, tem corrido muito mal, no entanto, em termos administrativos a Autarquia tem vindo a resolver e a adaptar-se às diferentes situações nas diferentes áreas, para que tudo corra bem. O Sr. Presidente deu alguns exemplos da atuação da Autarquia, nomeadamente, na área da saúde, o Adjunto do Ministro da Saúde tem estado a pressionar para que a Autarquia receba tais competências, mas ainda não existem condições para que tal aconteça. Relativamente à área da Educação, a Autarquia tem utilizado alguns meios financeiros de outras áreas para colmatar a falta de transferência financeira da tutela, sendo que, esta área fez crescer significativamente as despesas do Município. O Sr. Presidente terminou dizendo que esta situação foi imposta às várias Autarquias, sem que tenha sido discutida, mas votava favoravelmente a moção. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos eleitos pela CDU e pela Coligação "Juntos pela Nossa Terra" e um voto contra da eleita pelo PS, aprovar a moção apresentada. _____

Seguidamente o Sr. Presidente apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Belarmino Jaime Gonçalves, que a seguir se transcreve: _____

"VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE BELARMINO JAIME GONÇALVES _____

*No passado dia 14 de julho, faleceu Belarmino Jaime Gonçalves, com 92 anos. _____
Belarmino Gonçalves foi um cidadão empenhado no desenvolvimento social e político do nosso concelho. Para além de autarca, foi dirigente associativo no Clube Desportivo e Recreativo de Pero Negro, do qual era sócio honorário. _____*

Teve um papel decisivo na Festa de nossa Senhora do Desterro bem como em muitos momentos importantes do Clube tendo sido impulsor de muitas melhorias implementadas como a sede ou o Pavilhão do Clube. _____

Após o 25 de Abril, dinamizou a Comissão de Moradores que concretizou, com as autarquias e a população, inúmeras melhorias. _____

Era um cidadão dotado de qualidades humanas indiscutíveis e profundamente ligado ao desporto e à cultura. _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, reunida na sua sessão ordinária e pública de 19 de julho de 2023, delibera: _____

- Aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Belarmino Jaime Gonçalves; _____

- Enviar à sua família e ao Clube Desportivo e Recreativo de Pero Negro as mais sentidas condolências neste momento de perda; _____

- Respeitar um minuto de silêncio na presente sessão do órgão Câmara Municipal. _____

Sobral de Monte Agraço, 19 de julho de 2023 _____

Os Eleitos da CDU, José Alberto Quintino, Luís Soares e Joaquim Ribeiro.” _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar apresentado. _____

Neste momento, foi efetuado um minuto de silêncio pelo falecimento do Sr. Belarmino Jaime Gonçalves. _____

I

APROVAÇÃO DE ATAS

1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, realizada em 05 de julho de 2023. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, sem a votação do Sr. Presidente da Câmara, por não ter estado presente – artigo 34.º, número 3, do CPA -, aprovar a referida ata. _____

II

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL _____

1.1 – Contratação de Empréstimo – Aquisição de um Veículo de Recolha de RSU - Análise das propostas e pedido de autorização à Assembleia Municipal. _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Contratação de Empréstimo – Aquisição de um Veículo de Recolha de RSU - Análise das propostas e pedido de autorização à Assembleia Municipal. _____

Considerando que: _____

A) Nos termos do artigo 48.º e ss. da Lei 73/2013, de 03 de setembro, os Municípios podem contrair empréstimos, incluindo aberturas de crédito junto das instituições autorizadas por lei a conceder crédito, nos termos da lei, sendo empréstimos de médio e longo prazo os que tenham maturidade superior a um ano – cfr. artigo 48.º, número 1 e 2 da Lei 73/2013, de 03 de setembro; _____

B) A Câmara Municipal deliberou em 21 de junho de 2023, por unanimidade, o início do processo de consulta das condições praticadas em, pelo menos, três instituições bancárias para contratação de um empréstimo de valor até €300.000,00; _____

C) Do teor da ata de abertura das propostas relativas ao financiamento supra referido, a qual se anexa para os devidos e legais efeitos, resulta que a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sobral de Monte Agraço é a mais vantajosa; _____

D) A contratação de empréstimos pelos municípios depende, nos termos da alínea f), do número 1, do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, da autorização da Assembleia Municipal, devendo o pedido de autorização ao órgão deliberativo do município ser obrigatoriamente acompanhado de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa de endividamento do Município, conforme exigido pelo número 4 do artigo e diploma supra referido e número 5 do artigo 49.º da Lei número 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais). _____

Propõe-se que: _____

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 49.º da Lei número 73/2013, de 3 de setembro, bem como, da alínea f) do número 1 do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a contratação do empréstimo infra identificado, anexando para o efeito mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município: _____

Empréstimo para Aquisição de um Veículo de Recolha de RSU _____

Valor de até €300.000,00; _____

Prazo: 5 anos; _____

Período de utilização: até 6 meses (após o visto do Tribunal de Contas); _____

Taxa de juro: indexada à Euribor a seis meses; _____

Pagamento de juros e reembolso de capital: prestações mensais e postecipadas. _____

2 – A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere solicitar a autorização da Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sobral de Monte Agraço, atento o facto da proposta desta Instituição Bancária ser a mais vantajosa, apresentando as seguintes condições: _____

Spread: 0,10% _____

TAN: 3,782% _____

TAE: 3,848% _____

Período de carência de Capital: com carência _____

Despesas com comissões totais: 0,00€ _____

Sobral de Monte Agraço, 14 de julho de 2023. _____

O Vice - Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr.". _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 49.º da Lei número 73/2013, de 3 de setembro, bem como, da alínea f) do número 1 do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a contratação do empréstimo infra identificado, anexando para o efeito mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do Município: _____

Empréstimo para Aquisição de um Veículo de Recolha de RSU _____

Valor de até €300.000,00; _____

Prazo: 5 anos; _____

Período de utilização: até 6 meses (após o visto do Tribunal de Contas); _____

Taxa de juro: indexada à Euribor a seis meses; _____

Pagamento de juros e reembolso de capital: prestações mensais e postecipadas. _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, deliberou, também, solicitar a autorização da Assembleia Municipal para a contratação do empréstimo com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sobral de Monte Agraço, atento o facto da proposta desta Instituição Bancária ser a mais vantajosa, apresentando as seguintes condições: _____

Spread: 0,10% _____

TAN: 3,782% _____

TAE: 3,848% _____

Período de carência de Capital: com carência _____

Despesas com comissões totais: 0,00€ _____

1.2 - Início do Procedimento – Revisão e Atualização do Regulamento de Taxas em Vigor no Município. _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Início do Procedimento – Revisão e Atualização do Regulamento de Taxas em Vigor no Município. _____

Considerando que: _____

A) O Município de Sobral de Monte Agraço tem em vigor, desde 2010 o Regulamento de Taxas do Município, pelo que há necessidade de proceder a uma revisão e atualização deste documento, de modo a que o mesmo possa refletir uma nova e atual realidade social e económico-financeira; _____

B) Nos termos da alínea k) do número 1, do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete aos Municípios elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos

de regulamento; _____

C) Nos termos do disposto no número 1, do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo, o início do procedimento do regulamento administrativo é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se processa a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento; _____

Propõe-se que: _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibera, autorizar o início do procedimento de elaboração de Revisão e Atualização do Regulamento de Taxas em Vigor no Município, bem como a publicitação do início do respetivo procedimento, pelo prazo 10 dias, na página electrónica da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, podendo os interessados, durante o referido prazo, constituir-se como tal e apresentar contributos, mediante a apresentação de requerimento dirigido ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, do qual conste o número de identificação fiscal, respectivo endereço de correio electrónico e consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do n.º 1, do artigo 112.º do CPA. _____

Sobral de Monte Agraço, 14 de julho de 2023 _____

O Vice - Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr." _____

Após a exposição do conteúdo da proposta, o Sr. Presidente acrescentou que mediante o estudo económico, irá haver alteração do valor de algumas taxas. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estêvão concordou com a proposta apresentada, lembrando que na ocasião em que foram aprovadas as taxas para 2023 tinha feito esse alerta, considerando que as mesmas tinham que ser revistas tendo em conta um estudo económico, A Vereadora referiu, por isso, votar favoravelmente, tendo o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz também concordado, ressaltando que tomaria uma posição aquando do avanço deste procedimento. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, autorizar o início do procedimento de elaboração de Revisão e Atualização do Regulamento de Taxas em Vigor no Município, bem como a publicitação do início do respetivo procedimento, pelo prazo 10 dias, na página electrónica da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, podendo os interessados, durante o referido prazo, constituir-se como tal e apresentar contributos, mediante a apresentação de requerimento dirigido ao Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, do qual conste o número de identificação fiscal, respectivo endereço de correio electrónico e consentimento para que este seja utilizado para os efeitos previstos na alínea c), do número 1, do artigo 112.º do CPA. _____

1.3 - Condições de Atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão. _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Condições de Atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão. _____

Considerando que: _____

A) A Câmara Municipal assumiu, desde 2015, a promoção e organização das Festas e Feira de Verão, sendo este um dos maiores eventos do Concelho, no âmbito do qual várias iniciativas serão desenvolvidas; _____

B) Para a organização destes festejos, para além de toda a logística e gestão que será necessária para levar por diante tão importante evento, dever-se-á proceder à criação das condições que promovam a atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão; _____

C) Os serviços da Autarquia elaboraram um documento designado por “Normas para a atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão”. _____

Propõe-se que: _____

1. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere aprovar o conjunto de normas para a atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão, constantes do documento em anexo, o qual faz parte integrante da presente proposta para os devidos e legais efeitos. _____

2. A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, delibere a possibilidade de serem equacionados três momentos em que serão colocados a concurso os espaços a atribuir, a saber: _____

2.1 - 1.º CONCURSO _____

Apresentação de propostas de 20 de julho a 03 de agosto de 2023, devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 11 de agosto de 2023; _____

2.2 - 2.º CONCURSO _____

Apresentação de propostas de 16 a 25 de agosto de 2023 (para os lugares/espacos não ocupados no 1.º concurso), devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 31 de agosto de 2023; _____

2.3 - Os espaços não ocupados ou outros espaços públicos que se mostrem disponíveis, poderão vir a ser ocupados, por decisão do Presidente da Câmara Municipal e a requerimento do interessado, fixando-se o preço de ocupação em 50,00€/m². _____

Sobral de Monte Agraço, 14 de julho de 2023 _____

O Vice - Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr.” _____

Após apresentação do teor da proposta, o Sr. Presidente explicou que houve uma atualização de valores, em relação aos anos anteriores, uma vez que são os empresários não residentes no Concelho, que mais usufruem destas festas, tendo a Sra. Vereadora Fátima Estêvão

ressalvado que à exceção da Roulotte de faturas, não verificou alterações significativas. _____

O Sr. Presidente acrescentou que os valores arrecadados deste procedimento, servirão como receita para a realização da festa, tendo a Sra. Vereadora Fátima Estêvão mencionado que tendo em conta a tabela entregue na passada reunião, parece um valor muito diminuto/baixo. _

O Sr. Presidente contrapôs dizendo que devemos aguardar até o final do procedimento, mas que o valor ainda é significativo. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, aprovar o conjunto de normas para a atribuição de Espaços Públicos nas Festas e Feira de Verão, constantes do documento em anexo, o qual faz parte integrante da presente deliberação para os devidos e legais efeitos. _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, também, a possibilidade de serem equacionados três momentos em que serão colocados a concurso os espaços a atribuir, a saber: _____

1.º CONCURSO _____

Apresentação de propostas de 20 de julho a 03 de agosto de 2023, devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 11 de agosto de 2023; _____

2.º CONCURSO _____

Apresentação de propostas de 16 a 25 de agosto de 2023 (para os lugares/espacos não ocupados no 1.º concurso), devendo o pagamento ser efetuado até ao dia 31 de agosto de 2023; _____

Os espaços não ocupados ou outros espaços públicos que se mostrem disponíveis, poderão vir a ser ocupados, por decisão do Presidente da Câmara Municipal e a requerimento do interessado, fixando-se o preço de ocupação em 50,00€/m2. _____

1.4 - Atribuição de Subsídio ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena. _____

O Sr. Presidente apresentou a proposta que a seguir se transcreve: _____

“Proposta _____

Atribuição de Subsídio ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena. _____

Considerando que: _____

A) O Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena, através de um e-mail datado de 11 de julho de 2023, veio solicitar à Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço a atribuição de um subsídio para apoio ao desenvolvimento da sua atividade; _____

B) O Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena desempenha um papel relevante em termos sociais, culturais e recreativos, dada a sua

proximidade com as populações locais; _____

C) Compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, nos termos do disposto na alínea p), do número 1, do art. 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; _

D) Em 13 de julho de 2023, foi elaborada a informação número 7918, subscrita pelo Chefe de Divisão da DECAS, Dr. Nuno Libório, a qual faz parte integrante da presente proposta para os devidos e legais efeitos; _____

E) Na informação melhor identificada na alínea D) da presente proposta, despachou, em 13/07/2023, o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal: "Concordo. À DAF para elaborar proposta a ser presente na próxima reunião de Câmara". _____

Propõe-se que: _____

1 - A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço delibere atribuir ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena o subsídio de €4.500,00, nos termos do disposto na alínea p) do número 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

2 – A atribuição de subsídios carece, nos termos da lei, de prévia cabimentação e compromisso decorrente da LCPA, cuja informação se junta em anexo. _____

Sobral de Monte Agraço, 14 de julho de 2023 _____

O Vice - Presidente da Câmara Municipal, assinado, Luís Miguel Henriques Soares, Dr." _____

O Sr. Presidente explicou que este ano houve um aumento de € 500.00 (quinhentos euros) deste subsídio, em relação ao ano anterior, para apoiar a Associação nas deslocações para fora. _____

Com anuência do Sr. Presidente, o Sr. Vice – Presidente salientou o trabalho desenvolvido pela direção desta Associação, na dinamização e valorização do nome do Município do Sobral por todo o país. Saudou o facto de este Rancho ter vindo a promover atividades bastantes assinaláveis. O Sr. Vice – Presidente deixou o convite para o festival no próximo dia 29 de julho, na Praceta 25 de Abril. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estêvão demonstrou a sua satisfação pela crescente dinâmica deste Rancho e afirmou não se opor a atribuição do subsídio, contudo colocou algumas questões, nomeadamente: relativamente ao aumento de € 500.00, sendo este para apoiar as deslocações, estranhou o facto do mesmo não vir referido na proposta, que considera pouco explícita; relativamente ao subsídio de forma geral, questionou a razão de não estar especificado qual e a que se fim se destina e por último questionou se o subsídio também se destinava à realização do festival organizado pelo Grupo de Danças e Cantares. _____

O Sr. Presidente esclareceu que este subsídio servirá para a Associação desenvolver e prosseguir a sua atividade, não estando relacionado com o festival, tendo o Sr. Vice –



Presidente explicado, também, que a proposta faz o enquadramento da atribuição do subsídio e apoios dessa natureza. Informou que em anexo à proposta, estão referenciados os objetivos do apoio, tornando a proposta clara. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estêvão concordou com o Sr. Vice – Presidente, mas retificou que a proposta referia-se a questões gerais, não sendo específica e detalhada. Reiterou que não estava contra a atribuição deste apoio, mas considera que a proposta deveria ser mais clarificada, por exemplo aquando do pedido de apoio, a Associação deveria ter apresentado uma previsão de custos, tendo o Sr. Presidente explicado que tais documentos são solicitados às Associações na entrega da prestação de contas das Associações. _____

O Sr. Presidente explicou, também, que as Associações têm bastantes dificuldades financeiras e administrativas, inclusivamente, a Câmara por vezes ajuda as Associações no preenchimento dos seus Estatutos, tendo a Sra. Vereadora dito que até concorda com este “papel e método pedagógico”, mas deveria ser de outra forma. _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz, relativamente a esta matéria considera que as Associações têm o papel de “embaixadores” do nosso Concelho, e na sua perspetiva considera “triste” os relatos que ouve de outras Associações de fora do Concelho, sobre as dificuldades financeiras e de mobilização das Associações do Concelho de Sobral. Pelo exposto acha este apoio imprescindível. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estêvão terminou recordando a necessidade do regulamento, porque este tipo de grupos poderão beneficiar com a sua entrada em vigor. _____

Deliberação: A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, por unanimidade, atribuir ao Grupo de Danças e Cantares do Concelho de Sobral de Monte Agraço – Seramena o subsídio de €4.500,00, nos termos do disposto na alínea p) do número 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

A Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço deliberou, também, a atribuição de subsídios carece, nos termos da lei, de prévia cabimentação e compromisso decorrente da LCPA, cuja informação se junta em anexo. _____

IV

OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO

1.1 Outros assuntos de interesse do Município _____

A Sra. Vereadora Fátima Estêvão iniciou a sua intervenção colocando várias questões, nomeadamente: relativamente ao mapa das prestações de serviço em 2023, as três contratações na área do desporto e uma no CILT, questionando que tipo de trabalho desenvolvem, em relação à Engenharia do Ambiente e Gabinete de Comunicação, questionou se terminaram os contratos de trabalho; questionou, também, a razão pela qual o mapa de prestação de serviços apresentar valores de pagamentos tão elevados, que se

pressupõe serem anuais embora refira "valor mensal". A Vereadora recordou o requerimento que apresentou, há algumas reuniões atrás, solicitando informação sobre as dívidas à Câmara Municipal; questionou se a Autarquia se candidatou ao "Projeto Veterinário"; questionou sobre a Estratégia Local de Habitação e por último questionou sobre os semáforos junto à ECC, na Avenida Marquês de Pombal, se falta algum equipamento (luzes). _____

O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz voltou a abordar alguns assuntos da última reunião, tais como: na EN – 248 - 1, com o volume de canas, em alguns troços, só está disponível faixa e meia de estrada, sendo que tal condição pode danificar as viaturas que usam o troço; questionou sobre a inclusão de Pêro Negro no prolongamento do pré – escolar; relativamente ao Pavilhão do MAFC, insistiu que a Autarquia deve tomar uma posição, uma vez que o relatório apresentado pela inspeção, demonstra, ainda, muitas fragilidades; relativamente à estrada de Cabêda, questionou, novamente, sobre a expectativa do seu arranjo; relativamente à Jornada Mundial da Juventude realçou que será uma oportunidade para transmitir uma boa imagem do Sobral de Monte Agraço para o exterior e acrescentou que fica contente com a colaboração do Município neste evento, na receção das 200 pessoas inscritas, todavia, realçou a falta de transportes, sendo este um problema anterior as JMJ; relativamente à praga de baratas e ratos, informou que esta estava a espalhar-se por várias aldeias e por último sugeriu a reavaliação dos locais de recolha de resíduos, porque muitos encontram-se a transbordar, como sucede na Rua Heróis da Bélgica. _____

A Sra. Vereadora Fátima Estêvão, também, questionou sobre a falta de transporte para as JMJ; sobre os constrangimentos na recolha de resíduos e recordou que aguarda os Autos de contra – ordenação solicitados, tendo o Sr. Presidente respondido que em relação aos Autos de contra – ordenação às obras ilegais no Concelho, continuavam à aguardar a reunião com o Dr. Montalvo. _____

O Sr. Presidente prosseguiu a sua intervenção, respondendo às várias questões colocadas, nomeadamente: no que concerne ao Gabinete de Comunicação e à Engenharia do Ambiente, esclareceu que houve entrada de pessoal para o quadro. Relativamente à prestação de serviços no CILT, surgiu essa necessidade, devido às baixas de maternidade de ambas as funcionárias; em relação a ELH, não existe novas informações, a Câmara continua a aguardar as validações; quanto ao semáforo, foi um acidente com um camião que causou o dano tendo sido feita a participação ao seguro; no que diz respeito à EN – 248 e à EN – 115 não existe nenhuma previsão de arranjo, sendo que o Sr. Presidente propôs à tutela o seu encerramento. Terminou dizendo que esta matéria não é da competência da Câmara, mas das Infraestruturas de Portugal; em relação ao prolongamento do Pré – Escolar em Pêro Negro, este está previsto e já foi encetado o devido procedimento; quanto ao MAFC, ficou a promessa de efetuarem as melhorias com o acompanhamento e apoio da Câmara; no que se refere à Estrada de Cabêda

a Câmara está a concluir o projeto para lançar o concurso público; relativamente à JMJ, foi criada uma comissão constituída por membros da Proteção Civil e Juntas de Freguesia para estas questões e quanto aos transportes está a prever-se a necessidade dos peregrinos utilizarem, também, os transportes públicos. O Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz questionou se não haveria apoio para as refeições e higiene. O Sr. Presidente respondeu que o Pavilhão António Lopes Bogalho servirá para atividades e refeições, sem alojamento. _____

Com anuência do Sr. Presidente, o Sr. Vice – Presidente respondeu a algumas questões, nomeadamente: em relação à praga de ratos e baratas, os serviços têm atuado incisivamente com ações de desinfestação; quanto à realocização dos contentores de depósito de resíduos, esta matéria está a ser alvo de análise dos serviços, mas considera o trabalho de consciencialização e sensibilização da população, igualmente importante. Acrescentou que houve uma avaria de uma das viaturas de recolha de resíduos e terminou informando que nas aldeias estão a ser constituídas as bases de depósitos de resíduos; em relação à candidatura para o apoio de esterilização dos animais no Concelho, a Câmara está a submeter uma candidatura, a um aviso com vigência do ano anterior; o Sr. Vice – Presidente informou que começou neste dia, o campeonato da Europa de Dressage de 2023 no escalão Children, e endereçou felicidades ao atleta Guilherme Lourenço Broega e por último informou, que se realizou no último fim de semana, o campeonato regional da Associação de Natação de Lisboa. A equipa de natação Vikings – Sobral de Monte Agraço esteve em grande evidência, alcançando excelentes resultados e evidenciando a qualidade de trabalho que tem sido desenvolvido neste ano e meio. Finalizou dizendo que, também, irão participar no campeonato nacional. _____

O Sr. Presidente terminou a sua intervenção congratulando e agradecendo ao Agrupamento de Escuteiros 272 de Sobral de Monte Agraço pela inauguração do novo espaço/sede, com especial agradecimento ao Chefe António Lourenço, que deixará de exercer funções, após seis anos de serviço, tendo o Sr. Vereador Joaquim Biancard Cruz sugerido a redação e envio de uma saudação àquela entidade, pelo executivo. _____

V

ABERTURA AO PÚBLICO

Seguidamente a reunião foi aberta ao público. _____

Estava presente o representante da Juventude Socialista que questionou sobre a razão da atualização das Bolsas de Estudo e se a diminuição do valor estava relacionada com o aumento de candidatos; questionou sobre o atraso na atribuição das bolsas, sendo que no presente ano foram aprovadas as bolsas de 2021/2022 e por último questionou quando seria agendada a 1ª reunião do Conselho Municipal da Juventude para aprovação do regulamento. _

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

O Sr. Presidente respondeu que relativamente ao Conselho Municipal da Juventude já foi aprovado o regulamento, mas falta agendar a reunião, que será provavelmente, para depois do verão; em relação às bolsas de estudo, o Sr. Presidente explicou que sendo estas de carácter meritório, ou seja, bolsas de mérito, é necessário a entrega do aproveitamento do ano anterior, por isso, têm um desfasamento de atribuição de um ano e por último explicou que o número de bolsas a atribuir e o seu valor é deliberado em reunião de Câmara, mediante o orçamento. Terminou sugerindo que a JS envie os seus contributos, em relação às bolsas. _____

Estavam, também, presentes residentes de Martim Afonso, que queriam abordar a questão do estacionamento e a falta de lugares no local, tendo o Sr. Presidente dito que era uma questão sensível, da qual não tinha competência, por ser tutelada pela GNR. Os residentes de Martim Afonso questionaram sobre a possibilidade de marcação de sinais de estacionamento, tendo o Sr. Presidente respondido que irá falar com o comandante do posto da GNR, para ir ao local analisar essa possibilidade. Os residentes de Martim Afonso terminaram agradecendo a disponibilidade do Sr. Presidente e dizendo que os carros que foram multados não estavam a obstruir a via pública. _____

Estavam, ainda, presentes três residentes da Rua João de Deus que questionaram o problema da sinalização na Rua. Explicaram que após o fecho da escola, esta passou a ser de sentido único, exigindo a estes moradores, uma deslocação maior, para entrarem em suas residências. O Sr. Presidente comentou que na altura ponderou-se a retirada do sinal de sentido único, mas após análise e avaliação dos serviços, chegou-se à conclusão que é mais adequado e prático, para a comunidade aquele sinal. Acrescentou que o mesmo evita o congestionamento do trânsito na Rua, tendo um dos residentes refutado que o sentido único, ainda piorava a situação, porque os pais que deixavam os filhos na Escola, faziam paragens constantes, congestionando o trânsito. _____

O Sr. Presidente propôs a realização de um referendo aos residentes daquela Rua, para aferir as opiniões relativas à matéria e acrescentou que iria ao local com o Chefe da DOUA, Arq.º Diogo Mata para avaliar as várias opções. _____

Os residentes da Rua João de Deus terminaram afirmando que agora têm visto a GNR na zona, e ficavam satisfeitos em saber que “estão cá”, criticaram a localização do parque de estacionamento construído para albergar os carros dos pais dos alunos, por se encontrar longe do edifício escolar. Por último questionaram sobre a possibilidade da existência de um dístico de estacionamento para residentes, tendo o Sr. Presidente respondido que existe disponível na Câmara o “cartão de residente”. _____

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata sob a forma de minuta nos precisos termos do disposto no número 1, do artigo 57.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, com vista à sua executoriedade imediata. _____

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião às 20 horas e 44 minutos, para constar se lavrou a presente ata que eu Ana Maria Pereira Caiado Lousa redigi e vou assinar junto do Sr. Presidente. _____

O Presidente: _____



A Secretária: _____

